



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

As Práticas Documentais e a Propagação da Memória Social

Mariana Escher Toller
Maria Leandra Bizello

Como citar: TOLLER, M. E.; BIZELLO, M. L. As práticas documentais e a propagação da memória social. *In*: ALVES, M. A.; GRÁCIO, M. C. C.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (org.).

Informação, conhecimento e modelos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 271-284.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2017.978-85-86497-29-2.p271-284>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

AS PRÁTICAS DOCUMENTAIS E A PROPAGAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL

Mariana Escher Toller
maryescher@hotmail.com
Maria Leandra Bizello
mleandra23@marilia.unesp.br

1 INTRODUÇÃO

Quando nos referimos a políticas de informação, devemos ter em mente que o termo “políticas de” remete-nos a uma ação ostensiva que tem como objetivo alcançar um novo formato para determinados fins (FERNANDES, 2011, p. 209). Buscando novas propostas de políticas de informação, Bernd Frohmann (2009) pesquisa as práticas sociais que respaldam documentos e informações, refletindo sobre as bases teórico-epistemológicas que servem de eixo para a compreensão de processos informacionais. Para Michael Buckland, em “Information as Thing” (1991), a informação é tratada de diferentes formas: a informação como processo¹, a informação como conhecimento² e a informação como coisa³. O documento tem seu valor definido aos olhos do pesquisador, dependendo apenas da necessidade da pesquisa. Um objeto, um cenário, uma conversa ou um documento, todos contêm informações valiosas para quem busca a informação. Segundo Buckland, a informação está em um ciclo, passando de informação como conhecimento para informação como coisa, a partir do momento em que é armazenada, seja fisicamente, seja na nuvem. Frohmann (2009) tem como objetivo estudar documento/documentação

¹ A informação como processo é algo intangível, é o ato de informar. (BUCKLAND, 1991, p. 351).

² A informação como conhecimento é quando a informação é passada por um novo processo ou inconsolidada, também intangível. (BUCKLAND, 1991, p. 351).

³ A informação como coisa é atribuída a um objeto ou documento. Ela é tangível, seja material ou digital (BUCKLAND, 1991, p. 351)

sem regras, sem definições, refletir sobre o conceito de documento sem fazer a pergunta “o que é documento”.

Como assinala Frohmann (2009), aprendemos com Briet (1951) que objetos, como um antílope, podem ser documentos. A documentabilidade é concebida por uma instituição que entende o documento como informação; como exemplo, Briet usa a transferência de um animal da savana para o zoológico. A partir do momento em que o animal “migra” para um zoológico, ele sofre uma recontextualização e passa a ser evidência de uma natureza, tornando-se então um documento da existência de um outro espaço.

Segundo Briet (1951), se um exemplar de uma nova espécie de antílope for encontrado na África, for capturado e levado para um zoológico na Europa, esse animal será transformado em documentação, seja vivo e catalogado no zoológico, seja nos diversos materiais que podem derivar dele: fotos, gravações sonoras, matérias em jornais e vídeos. Assim, o documento tem o ofício de ser prova e suporte de informação, sendo produzido intencionalmente ou ter uma função atribuída. Dessa forma, todo objeto pode ser um documento, mas isso não quer dizer que todo objeto o seja. É o usuário que determina se o objeto é ou não suporte de informação.

Quando Briet afirma que o documento vai além do escrito, abre precedente para pensar a informação em diferentes suportes. Essas novas políticas de informação e o que é ou não aceito como documento vão influenciar as práticas documentárias e a sua relação com a memória.

2 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Frohmann (1995) faz uma importante observação sobre as políticas de informação: influenciam a preservação documental, as quais são entendidas, em geral como uma ação exclusiva do governo. Geram a retirada de espaço de outros atores e os controles desses sobre os sistemas de informação, caracterizando-a em um regime de informação.

Devemos compreender por regime de informação, segundo Frohmann (1995), a composição de uma rede de atores (humanos e não humanos) que se articula e estabiliza de forma com que negocia seus múltiplos interesses para gerar, capturar, organizar, fazer circular, vender, dis-

seminar informações. Para o autor, a vantagem de estudar os novos regimes de informação está nos instrumentos e meios que estes dispõem para constituir a informação como um valor e seus efeitos. Nesse sentido, o governo, mesmo que se responsabilizasse por uma política de preservação de memória documentária, lidaria com uma rede sistematizada de diversos interesses, que desenvolveu meios estabilizados e estabilizadores de produção, captura, circulação e comercialização de documentos e informações (FROHMANN, 1995).

Os regimes de informação geram, assim, processos de tombamentos de documentos oficiais e não oficiais, criados para atender a órgãos de preservação, preocupados com propósito de atingir a credibilidade de transformar um bem em patrimônio, usando, para isso, as bases jurídicas que normatizam a construção de documentos e a sua inserção em processos de tombamento.

Frohmann (1995), examinando as práticas documentárias, acaba por analisar Foucault e sua teoria de rede, ponderando sobre o papel da documentação como ação de um processo que envolve indivíduos e circuitos institucionais, em uma escrita disciplinar. Frohmann compreende as práticas documentárias como ação que “[...] propicia à informação peso, massa, inércia e estabilidade que materializam a mesma a tal ponto que podem configurar profundamente a vida social.” (LARA; ORTEGA, 2008, p. 6).

Dessa forma, as práticas documentárias, para Frohmann, sofrem reformulações embasadas na teoria de rede e passam para um domínio aberto e não mais do Estado. O autor, porém, elucida algumas particularidades sobre as descrições das práticas documentárias. A primeira delas é a materialidade: os documentos existem de forma material, sua tangibilidade caracteriza as práticas documentais. A segunda é quão incorporadas estão as práticas nas instituições. Muito do poder da informação dos documentos está ligado ao local institucional de sua produção “[...] em sua discussão sobre a importância das instituições para a formação de modalidades enunciativas.” (FOUCAULT, 1972, p. 51-52 apud FROHMANN, 2004, p. 236). A terceira particularidade é a disciplina social: as práticas documentárias requerem treinamento, ensino e correção, entre outras medidas disciplinares. A quarta é a historicidade: como qualquer produto, as práticas nascem, crescem, entram em declínio e morrem, sob conjunturas históricas únicas. Essas descrições das práticas mostram a relação entre al-

gumas ou todas elas. Desse modo, as ideias de materialidade, instituições, disciplina social e história propiciam um ótimo começo para a filosofia da informação a qual o início é a definição de práticas documentárias. Assim, a filosofia da informação fica a cargo de refletir sobre a pergunta “o que é informação”, ao passo que as práticas documentárias se aproximam das práticas com documentos (FROHMANN, 2004, p. 336-237).

De acordo com Frohmann (2004, p. 245), “[...] a atenção às práticas com documentos revela como documentos específicos, em épocas e locais específicos e em áreas específicas do terreno social e cultural, tornam-se informativos.” Uma das dificuldades para a filosofia da informação em atentar-se nas práticas documentárias é que essa filosofia está subordinada a uma filosofia da documentação (FROHMANN, 2004, p. 246).

As práticas documentais estão presentes na história ao longo do tempo e foram sendo modificadas para se adaptarem aos tipos de documento e informações, em cada tempo, chegando aos dias atuais. Sobre isso, Frohmann (2004, p. 247) comenta:

A documentação reconhece como urgente o imperativo para o estudo de práticas documentárias antigas, medievais ou do início da era moderna assim como daquelas que surgem com os documentos eletrônicos. O que fazemos com documentos eletrônicos, como essas práticas se configuram, e o que elas fazem conosco, são eminentemente dignas de estudo. Mas a forma digital de documentos contemporâneos não criou nenhum imperativo filosófico durante todo o tempo em que o conceito de práticas documentárias esteve presente.

Segundo José Maria Jardim (1995), a particularidade da informação arquivística e os termos em que o documento é avaliado e selecionado estão condicionados à lógica do seu administrador. Conforme a informação é menos empregada, ao longo do processo de decisão, maior é a chance de eliminá-la ou de conservá-la em arquivos temporários. Para isso, é levada em consideração a probabilidade de seu uso ocasional pela instituição ou, ainda, a possibilidade de se tornar um documento de valor permanente. Quando passar a fazer parte dos arquivos permanentes, esses documentos são arquivados e as instituições arquivísticas públicas retêm a sua guarda, justificando-se em dois aspectos: primeiramente, em função do uso desses documentos para a pesquisa científica e, posteriormente, como teste-

munha das ações do Estado e pela preservação dos direitos dos cidadãos. Assim, essas práticas buscam a sua legitimação no discurso da preservação do patrimônio histórico e democratização da memória (JARDIM, 1995, p. 75). Destarte, o armazenamento e a preservação dessa documentação, em um regime aberto de informação (como bibliotecas digitais), atuam como ferramenta para a consolidação da memória coletiva.

3 MEMÓRIA

Com as mudanças da concepção de documento e de políticas informacionais, a memória social foi se tornando cada vez mais significativa como ferramenta para a escrita da história – uma memória que, para Halbwachs (1990), é uma lembrança histórica que pode ser ampliada pelo acesso às informações e deixa uma marca na sociedade, não só pelas mudanças nas instituições, mas pela tradição que subsiste em um grupo.

Conforme Maurice Halbwachs (1990), existem diferentes tipos de memória, como a individual e a coletiva. A memória não é só um caso de interiorização individual, mas também uma construção social e um fenômeno coletivo. Sendo uma construção social, a memória é, em parte, moldada pela família e pelos grupos sociais. Podemos assinalar, ainda, que a memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva, desde que a memória individual não tenha cessado de concordar com a memória coletiva e que ainda haja entre elas, pontos de contato. Dessa maneira, a lembrança como parte da memória, que é recordada, pode ser reconstruída sobre um fundamento comum. A lembrança frequentemente passa por processos de modificação, por meio de imagens e informações que nos são impostas; não é fiel ao passado, já que algumas lembranças reais passam por um processo e se juntam a uma massa de lembranças adquiridas posteriormente, transformando essas lembranças em uma memória adquirida. Por conseguinte, para reconstruirmos uma lembrança apagada, muitas vezes recorremos a discursos de terceiros, modificando a nossa memória, resultando disso a oposição da memória individual e da coletiva. Halbwachs (1990) propõe que, se uma lembrança é apagada da nossa memória, é porque não fazemos mais parte do grupo que a conserva, e não é suficiente apenas reconstruirmos essa memória parte por parte, apoiando-nos em outras memórias ou documentos. A memória coletiva, portanto,

está sempre fragmentada em diversas partes, pois permanece em diferentes pessoas de um mesmo grupo, fundamentando-se em relato do outro, para se reconstituir.

A memória (individual e coletiva) tornou-se uma das preocupações centrais, fonte de pesquisa e análise dos historiadores contemporâneos. Ao tratar sobre a memória, Paul Ricoeur (2008) ressalta a memória convocada a lembrar ou obrigada a não esquecer, como consequência de políticas de memória provocadas no nível ético-político por grupos que, com receio do esquecimento de certos fatos, atuam no presente de sorte a buscar manter suas lembranças vivas, tentando evitar que a história se repita, como as vítimas da ditadura militar brasileira. Ricoeur (2008) enfatiza igualmente a “memória manipulada” ou “memória instrumentalizada”, na qual as lembranças são resultados de ações de pessoas que querem impedir as recordações de alguns acontecimentos, de forma a apagar ou implantar uma outra versão: por exemplo, quando a história dos vencidos é contada pelos vencedores, como é o caso de povos colonizados que têm a sua história contada a partir da sua “descoberta” por outro povo, em um processo em que a memória se torna uma ferramenta da história.

Marc Bloch afirma que a história acaba sendo como um mecanismo de tradição. Os fatos históricos são produtos da intervenção do historiador, assim, o estudo da memória coletiva deveria priorizar as eventualidades das ações sociais, não levando em conta os estudos empíricos sobre os padrões de comportamento. Dessa maneira, para Bloch, a “verdade”, por trás dos fatos históricos, não existe de forma absoluta, porém, até mesmo a manipulação dos fatos já é por si um fato que deve ser estudado. É partindo de uma crítica à noção de “verdade”, no sentido da memória coletiva, que está estruturado o argumento de Bloch, como o mesmo escreveu: “[...] deveria ser supérfluo lembrar que [...] os testemunhos mais insuspeitos em sua proveniência declarada não são, necessariamente, por isso, testemunhos verídicos.” (BLOCH, 2001, p. 97).

Ao trazer as questões da sociedade atual sobre a memória, Andreas Huyssen (2005), p. 22) evidencia que vivemos em um mundo afcionado pela memória, e o esquecimento é visto com receio e repetidamente ligado a uma “inaptação para comunicar”, com “[...] um fracasso evitável ou com uma regressão indesejável.” De acordo com o autor, a memória seria crucial para a coesão social e cultural da sociedade. Os estudos da memória, como

fonte de construção social sobre o tempo vivido, traçaram um caminho equidistante e de oposição à história (SILVA, 2002, p. 246).

Segundo Halbwachs, a história é a representação de um passado “sob uma forma resumida e esquemática”, como

[...] o epitáfio dos fatos de outrora, tão curto, geral e pobre de sentido como a maioria das inscrições que lemos sobre os túmulos. A história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas. (HALBWACHS, 1990, p. 74).

Nessa relação entre história e memória, a memória é a principal fonte, mutável e translúcida, da história, enquanto esta é a narrativa do passado construída a partir da memória, de hipóteses teóricas, metodologias e evidências documentais. Mais do que uma simples ferramenta, a memória passa a ser, dentro dessa nova perspectiva, uma das fontes usadas pela história. Com efeito, uma das principais diferenças entre história e memória é o fato de que a história trabalha com o fato colocado pela sociedade, ao passo que, para a memória, a principal questão é trabalhar com a reação que o fato acarreta no indivíduo (SILVA; SILVA, 2006, p. 275).

O historiador fica dividido entre presente e passado. É no presente que se obtêm recursos e sua pesquisa se torna viável. Também é no presente que se luta para dar voz ao passado, a fim de que o presente tenha sentido. Porém, o historiador também tem compromissos com o passado, não somente, como era a visão da história positivista, para fornecer suas verdades, mas para que não o distorçam por enganos, desejos de apagamento ou de vingança.

Podemos apontar algumas distinções entre as memórias coletivas e as memórias históricas: primeiro, a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, não artificial, que preserva o passado ainda vivo, ou seja, que vive na consciência do grupo e se limita a ele. Ao contrário, a memória histórica nasce dos muitos cortes temporais artificiais e suas divisões e está hierarquicamente colocada acima de determinados grupos. Outra distinção está ligada à existência de muitas memórias coletivas (SILVA; SILVA, 2006, p. 275).

A memória, para Silva e Silva (2006), está nos alicerces da história e, por muito tempo, se confundiu com documento, monumento ou oralidade, tendo seu estudo aprofundado apenas no fim da década de 1970, com a Nova História. Halbwachs (1990, p. 41) opõe o universo da memória (centrada na experiência vivida) ao da história (centrada na crítica). Conforme Le Goff, a memória é mítica e deformada; ela é

[...] desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola [...] e pelo mass media, corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros. (LE GOFF, 1996, p. 29).

A mudança da concepção tradicional que pretendia separar história e memória deve-se a mudanças, tanto contextuais quanto epistemológicas, ocorridas na França, a partir dos anos 1980. Procura ajustar os relatos de memórias individuais à factualidade histórica, elaborando uma reflexão sobre o tempo, ou seja, está incumbida da função de percepção da relação do presente da memória e do passado histórico, em função da compreensão de um futuro desse passado (POLLAK, 1989).

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao contrário de Maurice Halbwachs, Pollak acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise, em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existem conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 4).

A autoridade da história para as resistências da memória e o laço que ambas criam em certos lugares (museus, arquivos, bibliotecas, escolas e mídia de massa) são meios que a narrativa histórica encontra para usar a memória. Esses ambientes não dominam, mas se utilizam de meios para se

infiltrarem na história. Não há história sem memória, como também não há história sem documento (FERNANDES, 2011, p. 223).

3.1 PRÁTICA DOCUMENTAL E A MEMÓRIA SOCIAL

Se a manutenção da história depende da conservação de arquivos do presente, é no presente que os arquivos, os quais são julgados dignos de serem mantidos e preservados, se tornam documentos históricos – e esse ciclo precede a narrativa histórica. Para que hoje haja um arquivo, foram necessários, primeiramente, uma seleção e arquivamento e, posteriormente, um ato contínuo de manutenção de arquivo (SILVA; FERNANDES, 2009, p. 152-155).

Segundo Certeau (2007, p. 81 apud FERNANDES, 2011, p. 233),

[...] quando a tarefa da história começa, ela já tem de lidar com os arquivos constituídos por uma combinação de grupos capazes e potentes para selecionar e manter documentos, de lugares como o Arquivo e a Biblioteca e de práticas e técnicas de impressão, de cópia, de comunicação etc. (FERNANDES, 2011, p. 223).

Com os aumentos da produção e reprodução de documentos, há também um aumento do interesse em preservar a memória social, que leva as práticas documentais a pensarem em ciclos de vida de documentos, de sorte que o valor de cada um, em um determinado período, caso não seja reconhecido como um documento de valor permanente, em algum momento, será eliminado, provendo assim buscas de informações mais rápidas e precisas.

As práticas documentárias mostram que os documentos e objetos informacionais não servem apenas para consulta, mas também são um instrumento que estabelece no presente uma política de memória. Mais do que a preservação da memória social em documentos, é colocada em questão a memória que não pode ser desassociada dos documentos e dos interesses institucionais e do Estado.

Segundo Jardim (1995), a partir do século XIX, no projeto de Estado Nacional, começam a surgir concepções de memória e se conce-

bem tradições para uma nação que conserve um passado comum aos seus cidadãos. O entendimento de patrimônio histórico/cultural faz parte desse processo, no qual o Estado se organiza para criar um patrimônio comum e uma identidade própria. Assim, vemos a função desses documentos, na pesquisa científica, sem deixar de ser ainda prova das ações do Estado. A criação desse patrimônio agrega princípios que norteiam as políticas públicas, com base nas quais são atribuídos qualificativos a determinados registros documentais. Esses princípios, para Menezes (1995, p. 189 apud JARDIM, 1995), são historicamente “[...] produzidos, postos em circulação, consumidos, reciclados e descartados”, referidos a dimensões cognitivas, formais, afetivas e pragmáticas.” (JARDIM, 1995. p. 191). Assim, arquivistas e historiadores trabalham em uma prática documental que dê suporte a uma conservação da memória coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas documentárias e as ações de informação evidenciam que documentos e artefatos informacionais não são apenas utilizados como recursos para consulta ou uso, mas também como forma de esclarecer o passado ou produzir algum documento no presente. Tanto as práticas documentárias como as ações de informação mostram esses documentos como resultado do conflito entre passado/presente e memória/narrativa histórica (FERNANDES, 2011, p. 223-225).

Frohmann (1995) nos coloca em um amplo espectro da história, da memória, das ações informacionais e das práticas documentais. Mais do que preservar a memória em documentos, confronta com as formas de subjugação da memória, essa que não pode ser desenlaçada dos documentos, instituições ou meios de que faz parte.

Assim, conclui-se que as ações informacionais e as práticas documentais são mais do que ferramentas que permitem a conservação da memória, são parte fundamental da construção da narrativa histórica. Deve-se pensar, por conseguinte, em dois âmbitos diferentes para a construção da história: no presente, para a conservação de documentos e informações pertinentes à memória e, no passado, em uma construção justa e transparente da história de um grupo ou da construção incessante da história da qual todos fazemos parte.

REFERÊNCIAS

BLOCH, M. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRIET, S. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

CERTEAU, M de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FERNANDES, G. C. Ações de Informação e as práticas documentárias como políticas difusas da memória. *CID: R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 208-226, jan./jun. 2011. Disponível em: www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=18245. Acesso em: 08 dez. 2015.

FOUCAULT, M. *The archaeology of knowledge and the discourse on language*. New York: Harper & Row, 1972.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION, 23, 1995, Alberta. *Proceedings...* Alberta: Hope A. Olson & D.B. Ward, 1995. Disponível em: < <http://www.ualberta.ca/dept/slis/cais/frohmann.htm> >. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research. *Journal of Education for Library and Information Science*, Oak Ridge (EUA), v. 42, n. 1, 2001.

_____. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. *Library Trends*, v. 52, n. 3, p. 387-407, Winter 2004. Disponível em: <<http://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/1683/frohmann387407.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

_____. *The documentality of mme Briet's antelope*. Apresentado em 25 September at Materializing Communication and Rhetoric: Technologies, Infrastructures. Universidade da Carolina do Norte, 2009. Disponível em: <http://chass.online.ncsu.edu/online/Viewer/?peid=e57becbf429e4802a6dfac4c90bf59dc>. Acesso em: 22 de julho de 2015.

HALBWACHS, M. A. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HUYSSSEN, A. Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público. In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. (Org.). *Comunicação, Acontecimento e Memória*. São Paulo: Intercom, 2005.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 02, 1995a.

_____. *Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1995b. Disponível em: <<http://www.uff.br/ppgci/editais/sistemas>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

LARA, M. L. G. de; ORTEGA, C. D. Documento e informação, conceitos necessariamente relacionados no âmbito da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANCIB, USP, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/2981/2107>. Acesso em: 13 ago. 2015.

LE GOFF, J. *História e memória*. 4. ed. Tradução de Irene Ferreira et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

MENEZES, U. B. O patrimônio cultural entre o público e privado. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

NORA, P. *Realms of Memory: the construction of the French Past*. Nova York: Columbia University Press, 1996.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOUER, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

SALDANHA, G. S. B. Antílope e linguagem: uma leitura da análise e da crítica da análise neodocumentalista. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XIII ENANCIB 2012; GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da ciência da informação. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3643/2767>. Acesso em: 25 ago. 2015.

SILVA, E. P.; FERNANDES, G. C. A temporalidade como constituinte do documento de arquivo: problematizando relações entre os contextos de geração, de tratamento e de uso dos documentos. *Morpheus*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, 2009.

Disponível em: < http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-2012/artigos/geni_eliezer_pt.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

SILVA, H. R. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, p. 425-438, 2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14006.pdf>. Acesso em: 20 ago.2015.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Conceito de Memória in Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

